



* A. C. Portinari
Greggio

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA APENAS COMEÇOU

A nova Direita está aí para ficar, crescer e vencer

O governo militar brasileiro (1964-1985) pode ser descrito como típica **tecnocracia**, regime no qual os **técnicos**, especialmente **engenheiros** e **economistas**, predominavam. Em compensação, o regime da constituição de 1988 instituiu um **governo de bacharéis: advogados, os ongueros, os jornalistas** e a maioria dos **políticos**. Foram essas categorias que assumiram o poder em 1985 e logo fizeram, em causa própria e sob medida, a constituição de 1988. A redação ficou a cargo dos **advogados**, considerados os mais entendidos na matéria.

No começo era uma festa. Após vinte anos de *chumbo*, o Brasil desabrochava como **Estado democrático de Direito**. Diferentes dos militares, os novos donos do Governo eram solícitos, sorridentes, jeitosos, prestativos. Distribuíam favores, cuidavam dos coitados e dos perdidos, perdoavam os errados, circulavam, misturavam-se ao povo. E eram eleitos e reeleitos. Sempre os mesmos. Verdade que se dividiam em dezenas de partidos e discordavam entre si. Mas se o leitor se der ao trabalho de comparar os programas dos partidos, verificará que não passam de repetições de lugares comuns, todos semelhantes entre si.

O regime da constituição de 1988 foi denominado “presidencialismo de coalizão”. Já tratamos desse assunto em artigo anterior. O Presidente da República tem amplos poderes, mas não pode exercê-los sem a cooperação do Legislativo. Em casos de discórdia, cabe ao Judiciário arbitrar. É o que denominam “independência e harmonia” dos três Poderes.

Na constituição dos Estados Unidos de 1787, a capacidade de os poderes se impedirem entre si era proposta. Era um mecanismo de “frios e contrapesos” cuidadosamente montado pelos constituintes para evitar que o regime republicano se transformasse em ditadura. Como observava James Madison, para a preservação da liberdade era essencial que existisse tensão e até certo antagonismo entre os três poderes. Por que? Pela mesma razão pela qual a concorrência entre as empresas preserva a liberdade e o bom funcionamento da economia de mercado. Quando as empresas concorrem entre si, o quem sai ganhando é o consumidor. Quando se combinam e formam cartéis, os consumidores perdem a liberdade de escolher o melhor pelo menor preço, e são obrigados a pagar caro por má qualidade. Do mesmo modo, na política, a concorrência entre os três poderes impede que estes se associem para impor sua ditadura ao povo, portanto garante a liberdade dos cidadãos e a excelência dos serviços públicos.

Mas na prática da constituição brasileira de 1988 os **frios e contrapesos** logo se materializaram em **propinas e barganhas**. Propinas em dinheiro, barganhas na forma de cargos e de poder. A prática demonstrou que com generosa distribuição de dinheiro, de cargos e de favores, o Executivo conseguia praticamente tudo do Legislativo. Politicamente míopes, subdivididos em dezenas de legendas e preocupados apenas com reeleição e vantagens imediatas, os congressistas iam aproveitando leis demagógicas ou contrárias aos interesses nacionais que, a pouco e pou-

co, abriam caminhos para uma ditadura semelhante à de Cuba ou, pior, para a dissolução do Brasil no esquema globalista. A **corrupção** se tornou imprescindível para que o Esquema funcionasse, portanto passou a ser parte de sua rotina.

Assim funcionou o “Estado democrático de Direito” por trinta anos. Nesse período, com os mesmos métodos, o Esquema escolheu seus apadrinhados de “notório saber jurídico” e com eles preencheu os **postos-chaves do Judiciário**. Umbilicalmente ligada à política – refiro-me à política com “p” minúsculo – a cúpula do Judiciário se integrou ao mecanismo do poder, com sua zelosa guarda.

Em 1996, sob suspeitas gerais do público, aprovou-se a Lei que instituiu as “urnas” eletrônicas. A Lei que estabeleceu a caixa preta eleitoral teve estranha e açodada tramitação. O projeto foi elaborado pelo TSE e apresentado em 2003 pelo Senador Eduardo Azeredo como se fosse iniciativa do Senado. Tramitou em **regime terminativo**, não apreciado pelo plenário. Na Câmara tramitou em regime de **urgência urgentíssima**, sem análise dos deputados.



Com a lei do voto eletrônico, fechou-se o Esquema. No sistema de barganhas e propinas os três Poderes, em vez de se contrabalançarem e se vigiarem entre si, uniram-se e se isolaram em Brasília, distantes e alienados do povo brasileiro.

O mecanismo foi cuidadosamente desenhado para preservar o poder dos políticos e dos seus associados. Só funciona a contento quando todas as suas peças estão bem ajustadas e sincronizadas. Se houver interesses contrariados, a coisa emperra. É impossível, dentro das regras da constituição, fazer qualquer mudança que prejudique as posições e interesses do Esquema. Elas só acontecem quando interessam a todos, como no caso do voto eletrônico. Mas quando se trata de interesses de outros – inclusive os interesses da Nação – a coisa só anda com o lubrificante das barganhas e propinas. se é o regime dos três Poderes, que a constituição de 1988 denomina **Estado democrático de Direito**.

Falta, porém, um **quarto poder** que não figura na constituição: a **mídia**. Sem ela, a **democracia** não poderia existir. Já falamos sobre isso em artigos anteriores. A democracia de verdade, tal como praticada em Atenas na antiguidade, era instável por natureza porque sujeita aos caprichos da vontade do povo. Por isso, durante 23 séculos após a queda de Atenas a democracia raramente foi considerada. Mas em meados do século 19 aconteceu uma revolução tecnológica que mudou tudo.

Até então, os jornais não passavam de folhetos produzidos em prensas parecidas com a de Gutenberg. Na segunda metade do século 19 apareceram as impressoras rotativas, as fábricas de papel de polpa de madeira, o telégrafo, a linotipo, os cabos submarinos, as agências de notícias e as redes ferroviárias. A conjugação desses elementos permitiu o surgimento de jornais diários de grande circulação, distribuídos em vastos territórios, com noticiário de todo o mundo. Diferentes dos antigos panfletos, eram indústrias com milhares de empregados e grandes investimentos em máquinas e equipamentos. As novas **empresas jornalísticas** contratavam os melhores repórteres, correspondentes e articulistas. Surgia a **grande mídia**, associada a grupos capitalistas, a qual rapidamente sobrepujou os pequenos órgãos de imprensa. Os jornais, que eram os principais meios de **propagação e debate** de ideias, logo se tornaram o **principal instrumento de controle e manipulação da opinião pública**. O **avanço da tecnologia** foi a causa dessa transformação.

Em poucos anos as classes dominantes se convenceram de que era possível, com toda a segurança, praticar a “democracia”. Bastava criar falsa impressão de liberdade, de debate, de partidos opostos, e tudo se resolvia, pois era controlado e manipulado. Era o mais seguro e confiável dos sistemas, por que legitimado pela ilusória “vontade do povo” e suficientemente flexível para adaptar-se a novas circunstâncias sem mexer com os interesses fundamentais da oligarquia. Foi assim que se consolidou a ideia de “democracia” como instrumento seguro de dominação política.

O Esquema teria funcionado satisfatoriamente se não fosse a eleição do PT em 2002, que desequilibrou tudo. O PT era um bando de irresponsáveis que, por conveniência, ressentimento ou burrice, acreditava em utopias e, pior, utopias cucarachas, terceiro-mundistas. Em vez de roubar com método, prudentemente, com sustentabilidade e respeito ao seu meio ambiente – ou seja, ao Esquema da constituição de 1988 –, o PT e seus associados ideológicos roubavam em nome de uma Causa estranha ao Esquema, com a pretensão de criar um império socialista na América Latina e quiçá na África. Não se preocupavam com as consequências

dos assaltos ao Erário, nem cuidavam de apagar rastros, porque estavam certos de que conseguiriam chegar lá, instaurar uma ditadura nos moldes de Cuba ou da Venezuela, expulsar ou exterminar as oposições e assim eternizar-se no poder.

Mas não era apenas o projeto do PT. Como vimos, na saída dos militares do poder em 1985, a **tecnocracia** cedeu lugar à **república dos bacharéis**, na qual havia outras facções militantes, dispostas a construir um “mundo melhor” – na sua visão toldada por drogas. Sob proteção e patrocínio do governo e cobertura da mídia, a intelectualia ativista, as ONGs, os artistas e outras classes urbanas instituíram a **licenciocultura geral**, a negação do **autoritarismo** e do **moralismo burguês**. Em nome da liberdade e da tolerância, estabeleceu-se clima geral de degradação moral, de ultrajes à família, de glamorização do crime, das drogas, da pederastia, da marginalidade, das ruas sujas e pichadas. O alvo como sempre era a odiada “classe média”, ou seja, os que trabalham, produzem e pagam impostos.

Marginalizada e oprimida, a classe média acumulava surdo rancor contra o Esquema.

Foi nesse clima tenso de corrupção e de degradação geral que surgiu a Lava Jato. O Esquema não estava preparado. Não vamos recordar a história, é muito recente e está intacta na memória dos brasileiros. Fato é que o PT, já abalado pelo escândalo do Mensalão, passara dos limites. As redes de corrupção do PT envolviam os demais partidos e comprometiam a sobrevivência de todo o aparato político. Além de roubar atabalhoadamente, o PT demonstrava crassa incompetência administrativa e insistia na desmoralizada utopia do socialismo cucaracha. Diante da revolta popular, o Esquema resolveu afastar o PT da Presidência, no episódio do **impeachment** de Dilma.

Nessa fase, um novo e poderoso elemento surgia na política brasileira: a nova Direita. Ela surgiu de modo inesperado e espontâneo, em 2013, quando saiu às ruas em manifestações que exigiam a volta dos militares ao poder. No começo, não se sabia de onde nem como a Direita ressuscitava, após mais de trinta anos fora do cenário político. Logo, porém, percebeu-se que seu ressurgimento se devia a uma novidade tecnológica. eram as **redes sociais** que estreavam na política e rapidamente ganhavam a opinião pública, até então totalmente controlada pela grande mídia. Estava deflagrada a **maior revolução do século 21**: a expansão das **redes sociais**. Sem querer, e sem que a oligarquia percebesse, o povo passou a se reunir na mesma rede onde **todos falam com todos**. As opiniões e os fatos são examinados, criticados, desmentidos ou confirmados pelo público, que assim passou a **formar sua própria opinião**, independente da grande mídia. Nas redes, o público tomou conhecimento da torpe manipulação, da associação entre a grande mídia e os políticos, da depravação moral da oligarquia. As campanhas para impingir falsas ideologias, tais como a do “gênero”, a ligação da oligarquia com o crime, a corrupção dos costumes, tudo isso foi exposto. A grande mídia foi desacreditada, e suas tentativas de manipular o processo político malograram.

A nova Direita não é coisa passageira, como supõe o arrogante elite política brasileira. Ela está aí para permanecer, crescer e vencer.

* Economista